

CONTRATO Nº 054/CEGÁS/2014

CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL RENOVÁVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS E, DE OUTRO, ECOMETANO EMPREENDIMENTOS LTDA., NA FORMA ABAIXO:

**COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 73.759.185/0001-96, com sede nesta Capital, na Av. Washington Soares, nº 55, 11º Andar – Centro Iguatemi Empresarial- Bairro Cocó – Fortaleza - CE, neste ato representada pelo seu Diretor Presidente, **Sr. ANTONIO ELBANO CAMBRAIA**, brasileiro, casado, economista, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Osvaldo Cruz, nº 620, Aptº 1101 - Meireles; seu Diretor Administrativo e Financeiro, **Sr. JORGE OTOCH JÚNIOR**, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado nesta Capital, na Rua José Vilar, nº 1450, Aptº 1502, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e seu Diretor Técnico e Comercial, **Sr. ALOISIO NUNES DE ARRUDA**, brasileiro, casado, advogado, inscrito no CPF: [REDACTED] residente e domiciliado nesta Capital, na Rua Pedro Dantas, 907 – Dias Macedo, doravante denominada de “**CEGÁS**”, e

**ECOMETANO EMPREENDIMENTOS LTDA.**, sociedade com sede na Av. Tancredo Neves, nº 1632, Ed. Salvador Trade Center, Torre Sul, sala 202 (parte), Salvador/BA CEP: 41.820-020, inscrita no CNPJ/MF sob nº 12.826.036/0001-08, neste ato representada na forma de seu Contrato Social por seus administradores **CARLOS DE MATHIAS MARTINS JUNIOR**, portador da carteira de identidade nº [REDACTED] inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] e **DEMETRIUS ZACHARIAS DIANA**, portador da carteira de identidade [REDACTED] emitida pelo CREA/RJ, inscrito no CPF/MF sob o nº [REDACTED] doravante denominada simplesmente “**Produtora/Vendedora**”, na qualidade de vendedora.

**CONSIDERANDO QUE:**

- I. a CEGÁS é concessionária dos direitos de exploração dos serviços de distribuição de gás canalizado a todo e qualquer consumidor ou segmentos industrial, comercial, institucional e residencial, para toda e qualquer utilização ou finalidade, no Estado do Ceará, por força do Contrato de Concessão firmado com o Governo do Estado do Ceará, em 30 de dezembro de 1993;
- II. a CEGÁS, na condição de distribuidora de gás natural no Estado do Ceará, necessita adquirir o gás do produtor para revendê-lo a seus clientes;
- III. a atividade-fim da CEGÁS é a compra e venda de gás natural, mediante a assinatura de contratos comerciais com fornecedores e consumidores;
- IV. nos próximos anos a CEGÁS necessita adquirir quantidades adicionais de Gás Natural para atender à demanda de seus clientes pelo combustível, a partir do crescente desenvolvimento do Estado do Ceará;
- V. a PETROBRAS, hoje o único fornecedor, está limitando a oferta de Gás Natural à CEGÁS;



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

- VI. a CEGÁS necessita ir em busca de outras alternativas de suprimento de Gás Natural;
- VII. a empresa ECOFOR Ambiental S.A., operadora do Aterro Sanitário Metropolitano Oeste - ASMOC, localizado no Município de Caucaia, Estado do Ceará ("Aterro"), contratou a Produtora/Vendedora para dar destinação ambientalmente adequada ao biogás produzido no dito Aterro;
- VIII. a Produtora/Vendedora implantará um projeto para captação e purificação do biogás do Aterro e produção de biometano ("Gás Natural Renovável" ou "GNR");
- IX. a Produtora/Vendedora apresentou à CEGÁS proposta de compra e venda de Gás Natural Renovável extraído a partir do Aterro Sanitário Metropolitano Oeste – ASMOC, localizado no Município de Caucaia, Estado do Ceará;
- X. o tratamento adequado dos resíduos sólidos no Aterro Sanitário Metropolitano Oeste - ASMOC e a comercialização de Gás Natural Renovável estão alinhados com o compromisso do Governo do Estado e da CEGÁS quanto à preservação do meio ambiente;
- XI. em 10 de abril de 2014 o Conselho Estadual do Meio Ambiente - COEMA, com o objetivo, dentre outros, de "incentivar a utilização de fontes alternativas de energia no Estado do Ceará e reduzir a dependência energética da nossa sociedade face aos combustíveis fósseis", aprovou a Resolução nº 04/2014, que autoriza as empresas distribuidoras de gás do Estado do Ceará, a adquirir, operar, comercializar, envazar e distribuir o Gás Natural Renovável - GNR, a partir do biogás gerado em aterros sanitários e usinas de tratamento de resíduos e efluentes e considerando, ainda, que
- XII. o Aterro Sanitário Metropolitano Oeste – ASMOC, situado na Região Metropolitana de Fortaleza, é o único que se presta, comercial e tecnicamente, para o pleno atendimento da operação, pelo potencial de geração de biogás que detém, capaz de atender às necessidades da CEGÁS e por sua proximidade à rede de gasodutos da CEGÁS;

As Partes resolvem celebrar o presente Contrato de Compra e Venda de Gás Natural Renovável-GNR, que será regido pelas Cláusulas e condições a seguir estabelecidas:

## 1. FUNDAMENTAÇÃO.

- 1.1. O presente contrato celebrado entre a Companhia de Gás do Ceará-CEGÁS e a empresa ECOMETANO Empreendimentos Ltda., tem por objeto operações comerciais de compra e venda e fundamenta-se no Art. 25, *caput*, da Lei Federal nº. 8.666/93 e suas alterações e na proposta da Produtora/Vendedora.
- 1.2. Os termos iniciados com letra maiúscula neste Contrato terão os significados que lhes são atribuídos no Anexo Único - Definições e Regras de Interpretação.

## 2. OBJETO.

- 2.1. O presente Contrato tem por objeto a venda, pela empresa ECOMETANO EMPREENDIMENTOS LTDA., e a compra, pela COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS, de Gás Natural Renovável - GNR, proveniente do Aterro Sanitário



Metropolitano Oeste – ASMOC, localizado no Município de Caucaia-CE, para venda aos consumidores de Gás Natural no Estado do Ceará.

### 3. FASE DE TESTES.

3.1. Observado o disposto no item 4.5., a Produtora/Vendedora se compromete a iniciar a Fase de Testes até o dia 1º de julho de 2016, ficando desde já admitido o adiamento deste prazo por até 6 (seis) meses, a critério de qualquer das Partes, desde que tal fato seja notificado à outra Parte com no mínimo 6 (seis) meses de antecedência.

3.1.1. A Produtora/Vendedora notificará a CEGÁS estipulando o prazo de 60 (sessenta) Dias, dentro do qual a Fase de Testes será iniciada, com no mínimo 2 (dois) meses de antecedência em relação ao primeiro Dia desse prazo. Com 30 (trinta) Dias de antecedência em relação ao primeiro Dia desse prazo, a Produtora/Vendedora notificará a CEGÁS indicando um prazo de 15 (quinze) dias, contido no prazo original de 60 (sessenta) dias, durante o qual deverá ocorrer o início da Fase de Testes, cabendo à Produtora/Vendedora notificar à CEGÁS, por escrito, com pelo menos 5 (cinco) dias de antecedência, da data específica para o início da Fase de Testes.

3.1.2. Durante a Fase de Testes a CEGÁS terá acesso às instalações da Planta e às informações relativas aos respectivos testes de desempenho.

3.1.3. A Produtora/Vendedora acatará o pedido de adiamento da Fase de Testes feito pela CEGÁS, desde que tal adiamento não seja superior a 5 (cinco) Dias e seja solicitado à Produtora/Vendedora por meio de Notificação no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após o recebimento da Notificação da Produtora/Vendedora de que trata o subitem 3.1.1 acima.

3.1.4. A Fase de Testes deverá ter a duração prevista na Notificação da Produtora/Vendedora de que trata o subitem 3.1.1 acima, ficando acordado que tal período não poderá ser inferior a 5 (cinco) Dias.

3.2. Quando a Planta atingir os Padrões Garantidos, considerando a média dos resultados obtidos durante os cinco últimos Dias da Fase de Testes, a Produtora/Vendedora emitirá Notificação à CEGÁS informando que a Fase de Testes foi concluída, notificação esta que deverá ser acompanhada da documentação que evidencie a conclusão da Planta nos termos ali indicados ("Notificação de Conclusão Provisória").

3.3. Os resultados da Fase de Testes apontados na Notificação de Conclusão Provisória serão considerados aceitos, para todos os fins deste Contrato, caso a CEGÁS não manifeste oposição aos referidos resultados no prazo de 5 (cinco) dias contados da data de seu recebimento.

- 3.4. Caso a CEGÁS manifeste, de forma fundamentada e por meio de notificação por escrito entregue à Produtora/Vendedora, oposição aos resultados constantes da Notificação de Conclusão Provisória, a Produtora/Vendedora tomará as medidas corretivas que julgar apropriadas e, se for o caso, poderá reexecutar os Testes de Desempenho. No caso de impasse sobre o resultado dos Testes de Desempenho, a controvérsia deverá ser resolvida por Arbitragem nos termos da Cláusula 17.
- 3.5. Após a aceitação definitiva dos resultados dos Testes de Desempenho, ou no caso da CEGÁS não se manifestar sobre a Notificação de Conclusão Provisória, a Produtora/Vendedora emitirá a notificação de conclusão definitiva da Planta ("Notificação de Conclusão").

#### 4. FORNECIMENTO COMERCIAL.

- 4.1. A data de Início de Fornecimento Comercial do GNR será o Dia seguinte à data de recebimento pela CEGÁS da Notificação de Conclusão, respeitado em qualquer hipótese o disposto no item 4.5.
- 4.2. A Quantidade Diária Contratual-QDC, expressa em Metros Cúbicos por Dia, é de 70.000m<sup>3</sup> (setenta mil metros cúbicos).
- 4.2.1. Fica ajustado que a QDC, ora contratada, poderá ser aumentada ao longo da vigência do Contrato, mediante acordo entre as Partes, através da assinatura de Aditivo ao presente Contrato.
- 4.3. Na hipótese de os resíduos sólidos urbanos da região da Grande Fortaleza deixarem de ser total ou parcialmente destinados ao Aterro Sanitário Metropolitano Oeste -ASMOC, localizado no Município de Caucaia-CE, caberá à Produtora/Vendedora notificar à CEGÁS de tal fato no prazo de 15 (quinze) dias contados da data em que tiver conhecimento do mesmo.
- 4.4. Ocorrendo a hipótese prevista no item 4.3, fica desde já acordado que, exceto no caso de acordo entre as Partes, a Produtora/Vendedora continuará com o fornecimento do Gás, mantendo-se a QDC, vigente na data da Notificação, inalterada até o prazo final do Contrato.
- 4.4.1. O não atendimento do disposto no item 4.4 acima será considerado Falha de Fornecimento para todos os efeitos deste Contrato.
- 4.5. O Início do Fornecimento Comercial do GNR, a fim de que haja tempo útil e necessário para a construção do Duto de Escoamento pela CEGÁS, dar-se-á em até 12 (doze) meses após a regulamentação por parte da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP quanto à produção, composição, qualidade, comercialização e transporte do biometano oriundo de resíduos sólidos urbanos, bem como quanto a sua mistura com o gás natural, regulamentação essa que permita à CEGÁS distribuir o biometano através de sua rede geral de gasodutos.



4.5.1. O disposto no item 4.5. poderá ser excepcionado, caso, no decorrer da implantação da Planta, seja acordado entre as Partes através de termo de aditivo contratual que o biometano será destinado à utilização de um cliente específico da CEGÁS, pertencente ao segmento industrial.

## 5. QUALIDADE.

5.1. O Gás a ser entregue pela Produtora/Vendedora à CEGÁS deverá apresentar características de qualidade compatíveis com as especificações estabelecidas para a Região Nordeste previstas no Regulamento Técnico ANP nº 02/2008, anexo à Resolução ANP nº 16, de 17/06/2008, ou a(s) que venha(m) a ser determinada(s) em razão de disposição normativa superveniente, acerca da produção, especificação, qualidade e distribuição de biogás.

5.2. A determinação do Poder Calorífico Superior, assim como outras propriedades do Gás, serão efetuadas pela CEGÁS, por cálculo, a partir da composição química determinada por cromatógrafo gasoso, em linha, instalado na EMRP, nas Condições de Referência, com base na norma ISO 6976-1995, ou a(s) que venha(m) a substituí-la em razão de disposição normativa superveniente.

5.3. Exceto na hipótese de o Gás ter como único item em desconformidade com o que prevê o Regulamento Técnico ANP nº 02/2008, anexo à Resolução ANP nº 16/2008, ou disposição normativa posterior, um percentual de oxigênio superior a 0,5% molar mas inferior a 1,5% molar, observadas as disposições do item 5.6, sempre que a Produtora/Vendedora tiver ciência da possibilidade de o Gás vir a ser fornecido, no Ponto de Entrega, em desconformidade, parcial ou total, com as especificações estipuladas no item 5.1, aplicar-se-á o disposto a seguir:

- a) a Produtora/Vendedora interromperá o fornecimento de Gás e notificará, por escrito, à CEGÁS, na primeira hora após a interrupção do fornecimento, da desconformidade do Gás a ser fornecido, indicando os itens em desconformidade e os respectivos desvios de qualidade com precisão e o tempo estimado para retorno do Gás às especificações previstas no item 5.1.;
- b) após o recebimento da Notificação de que trata a alínea (a) acima, persistindo a desconformidade, a CEGÁS deverá enviar Notificação à Produtora/Vendedora, tão prontamente quanto possível, informando se aceita ou não receber Gás fora de especificação, ficando desde já expressamente estabelecido que a falta de manifestação da CEGÁS, até o meio-dia do Dia seguinte ao Dia do envio da Notificação acima mencionada, será considerada como opção da CEGÁS de não receber o Gás fora de especificação;
- c) caso a CEGÁS delibere não receber uma Quantidade de Gás fora de especificação ou não tenha se manifestado no prazo estabelecido na alínea (b) acima, ficará caracterizada a Falha no Fornecimento considerando, nessa hipótese, como Quantidade Faltante a parcela da Quantidade Diária Programada efetivamente não retirada pela CEGÁS no Ponto de Entrega em função da desconformidade do Gás;

- d) sanada a desconformidade, a Produtora/Vendedora enviará Notificação à CEGÁS informando o retorno do Gás às especificações estabelecidas no item 5.1.

- 5.4. Caso a Produtora/Vendedora entregue Gás fora das especificações previstas no item 5.1, estará sujeita ao pagamento à CEGÁS de penalidade por Falha no Fornecimento sobre a Quantidade de Gás fornecida fora de especificação, calculada conforme a fórmula abaixo, sendo esta a única indenização aplicável à hipótese:

$$CFE = QMFi \times 0,30 \times PG, \text{ onde:}$$

CFE = é o valor em Reais da penalidade;

QMF = é a Quantidade Medida Corrigida Gás fornecida fora de especificação no intervalo "i";

PG = é o valor unitário do Preço do GNR por Metro Cúbico, sem tributos, vigente no Dia em questão;

I = é o intervalo definido na forma do item 5.5.

- 5.5. Para fins do item 5.4 acima, a Quantidade de Gás fornecida fora de especificação, sujeita à penalidade por Falha no Fornecimento, será a Quantidade Medida Corrigida (QM) no intervalo compreendido entre o instante da primeira análise em que se identificou a desconformidade e o instante da primeira análise em que se identificou a volta à conformidade.
- 5.6. Na hipótese de o Gás a ser entregue pela Produtora/Vendedora à CEGÁS ter como único item em desconformidade com o que prevê o Regulamento Técnico ANP nº 02/2008, anexo à Resolução ANP nº 16/2008, ou dispositivo normativa posterior, um percentual de oxigênio que seja superior a 0,5% molar, mas inferior a 1,5% molar, o fornecimento do Gás não será interrompido e a CEGÁS fará jus a um desconto de 5% sobre o Preço do GNR, caso o mesmo seja recebido com base no critério de intercambiabilidade.
- 5.7. Ocorrendo divergência entre os resultados de aferições de qualidade efetuadas pelas Partes, cada uma delas deverá dar livre acesso à outra Parte para acompanhar a amostragem e a análise do Gás, visando ao estabelecimento de uma solução para a pendência.
- 5.8. Não sendo em 10 (dez) dias superada a controvérsia, esta será submetida a consultor técnico escolhido em comum acordo pelas Partes.
- 5.8.1. Comprovada a desconformidade, as despesas decorrentes destes serviços serão custeadas pela Produtora/Vendedora. Em caso de comprovação de que não há desconformidade, tais despesas deverão ser pagas pela Produtora/Vendedora, podendo solicitar ressarcimento à CEGÁS, com a devida comprovação de sua realização, a qual não poderá negar-se a efetuar o ressarcimento à Produtora/Vendedora.



## 6. PONTO DE ENTREGA E TRANSFERÊNCIA DE CUSTÓDIA.

- 6.1. O Ponto de Entrega corresponderá ao flange imediatamente a montante da Estação de Medição e Regulagem de Pressão (EMRP), de propriedade da CEGÁS cujas coordenadas aproximadas serão as seguintes: 3°47'41.59"S; 38°40'43.09"W.
- 6.2. Fica estabelecido como ponto de medição o Sistema de Medição localizado na EMRP de propriedade da CEGÁS.
- 6.3. O Ponto de Entrega é o local em que ocorrerá a transferência de custódia do Gás à CEGÁS, ficando acordado que todos os riscos e perdas de Gás:
  - a) até o Ponto de Entrega correrão por conta da Produtora/Vendedora;
  - b) a partir do Ponto de Entrega correrão por conta da CEGÁS.
- 6.4. Fica acordado que a CEGÁS disporá de uma área nas instalações da Produtora/Vendedora, pelo período em que perdurar o presente Contrato, com dimensões mínimas de 8 (oito) metros de comprimento por 12 (doze) metros de largura (8m x 12m), para instalação da sua Estação de Medição e Regulagem de Pressão (EMRP), para odorização de Gás e para constituição da faixa de passagem do duto de Gás.

## 7. ENTREGA E RECEBIMENTO DO GÁS.

- 7.1. O Gás será entregue pela Produtora/Vendedora à CEGÁS no Ponto de Entrega, atendendo aos aspectos de qualidade estabelecidos no item 5.1, à pressão manométrica de controle mínima de 11 (onze) kgf/cm<sup>2</sup> e máxima de 19 (dezenove) kgf/cm<sup>2</sup>.
  - 7.1.1. De forma a permitir que a Produtora/Vendedora cumpra o disposto no item 7.1, a CEGÁS deverá garantir que a pressão no Ponto de Entrega, que ficará a montante da Estação de Medição e Regulagem de Pressão (EMRP) de propriedade da CEGÁS, será sempre inferior a 19 (dezenove) kgf/cm<sup>2</sup>.
  - 7.1.2. A CEGÁS disponibilizará à Produtora/Vendedora o sinal e informações geradas pela unidade terminal remota (UTR) localizada na Estação de Medição e Regulagem de Pressão (EMRP).
- 7.2. A Produtora/Vendedora enviará mensalmente à CEGÁS, com até 10 (dez) dias de antecedência ao início do Mês de fornecimento, Notificação contendo a estimativa de produção e entrega do Gás referente ao Mês seguinte, cuja Quantidade Diária Programada - QDP, poderá sofrer uma variação de até 15% (quinze por cento) para mais ou para menos, relativamente à QDC, sempre limitada a 115% da QDC.
- 7.3. A QDP poderá ser alterada (aumentada ou diminuída) pela Produtora/Vendedora, no decorrer do Mês de fornecimento, respeitado o limite previsto no item 7.2, mediante envio de Notificação à CEGÁS até as 09:00h (nove horas) do dia anterior ao Dia do fornecimento correspondente.

- 7.4. Exceto na hipótese de Falha na Retirada (conforme o item 7.7 abaixo), caso a Produtora/Vendedora forneça menos de 95% (noventa e cinco por cento) da Quantidade Diária Programada para o Dia, ou porventura ocorra o previsto no item 5.3 c) deste Contrato, pagará à CEGÁS uma penalidade calculada de acordo com a seguinte fórmula:

$$\text{CNR} = \text{QF} \times 0,30 \times \text{PG}, \text{ onde:}$$

CNR = é o valor em Reais da penalidade por Falha de Fornecimento no dia em questão (j);

QF =  $(0,95 \times \text{QDPj} - \text{QMj})$ , onde:

QDPj = é a Quantidade Diária Programada para o Dia "j";

QMj = a Quantidade Medida Corrigida de Gás que tenha sido entregue à CEGÁS no Dia "j";

PG = é o valor unitário do Preço do GNR por Metro Cúbico, sem tributos, vigente no Dia em questão;

j = é cada um dos Dias de fornecimento de Gás no período de faturamento considerado.

- 7.5. A CEGÁS comprará e receberá no Ponto de Entrega, a partir da data de Início de Fornecimento Comercial, toda a Quantidade Diária Programada-QDP para o Dia, entregue pela Produtora/Vendedora, aceitando-se uma variação diária de até 5% (cinco por cento) para mais ou para menos relativamente à QDP notificada, conforme previsto nos itens 7.2 e 7.3.

7.5.1. Para este efeito a CEGÁS se obriga a praticar os atos necessários para manter, no Ponto de Entrega, a pressão indicada no subitem 7.1.1.

- 7.6. A Quantidade de Gás (a) fornecida fora de especificação na forma do item 5.4 (observado a exceção prevista no item 5.6) ou (b) que exceder a 105% da QDP notificada, conforme previsto nos itens 7.2 e 7.3., não será objeto de faturamento por parte da Produtora/Vendedora.

7.6.1. Ficará caracterizada a Falha no Fornecimento nos dias em que a Quantidade Medida Corrigida em determinado Dia seja inferior a 95% da QDP do mesmo Dia.

- 7.7. Ficará caracterizada a falha da CEGÁS no cumprimento da obrigação de retirada do Gás, conforme previsto no item 7.5, nos Dias em que a pressão de entrega do Gás tenha superado o limite previsto no subitem 7.1.1 ("Falha na Retirada").

7.7.1. No caso de Falha na Retirada, a CEGÁS deverá pagar um valor em Reais determinado de acordo com o disposto na Cláusula 10.



- 7.8. A penalidade estabelecida no item 7.4 é a única indenização aplicável em caso de Falha no Fornecimento. Nenhuma outra indenização será devida pela Produtora/Vendedora, mesmo que as perdas e danos incorridos pela CEGÁS tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

## 8. PREÇO E FATURAMENTO.

- 8.1. O Preço do Gás Natural Renovável - GNR, no Ponto de Entrega, nas Condições de Referência, será de R\$ 0,984/m<sup>3</sup> (novecentos e oitenta e quatro milésimos de Real por Metro Cúbico) de Gás, ao qual serão acrescidos os Tributos incidentes para fins de faturamento.
- 8.2. O Preço do GNR terá como referência a data da Proposta Comercial apresentada pela Produtora/Vendedora e será reajustado pela variação do Índice Geral de Preços do Mercado calculado pela Fundação Getúlio Vargas ("IGP-M"), na forma seguinte:
- a) para o primeiro reajuste deverá ser considerada a variação do IGP-M no período compreendido entre o mês de novembro de 2014 (data da proposta) e o mês anterior à data do Início de Fornecimento Comercial;
  - b) o segundo reajuste deverá ocorrer no mês de abril que se seguir ao primeiro reajuste e deverá considerar a variação do IGP-M compreendida entre o mês anterior ao do primeiro reajuste e o mês de março imediatamente posterior ao primeiro reajuste;
  - c) para os demais reajustes, que deverão ocorrer a cada doze meses no mês de abril, deverá ser considerado o IGP-M do mês anterior ao do último reajuste e o IGP-M do mês de março anterior ao mês em que o reajuste deva ser aplicado.
- 8.3. O valor do faturamento pelo fornecimento do Gás será determinado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$FC = \sum_{j=k}^N [(QMj) - QMDj] \times PG, \text{ onde:}$$

FC = é o valor do faturamento;

QMj = é a Quantidade Medida Corrigida no Dia "j", apurada no Sistema de Medição e definida de acordo com a seguinte fórmula:

$$QMj = Qe \times \frac{PCS}{PCR}, \text{ onde:}$$

Qe = é o volume de Gás efetivamente entregue medido no Sistema de Medição no Dia "j", nas Condições-Base;

PCS = é o Poder Calorífico Superior do Gás entregue no Dia "j";

PCR = é o Poder Calorífico de Referência no valor de 9.400kcal/m<sup>3</sup>.

QMDj = é a Quantidade de Gás em desconformidade entregue no Dia "j" na forma do

item 5.4:

- PG = é o valor unitário do Preço do GNR por Metro Cúbico, na forma do item 8.1, acrescido dos tributos incidentes;
- K = é o primeiro Dia de fornecimento de Gás no período de faturamento;
- J = é cada um dos Dias de fornecimento de Gás no período de faturamento considerado;
- N = corresponde ao último Dia de fornecimento de Gás no período de faturamento considerado.

8.4. Os fornecimentos de Gás serão faturados mensalmente, correspondendo cada Mês a um Período de Fornecimento de Gás.

8.4.1. A Produtora/Vendedora deverá apresentar à CEGÁS as Notas Fiscais e Documentos de Cobrança até o 5º (quinto) Dia Útil contado do final do Período de Fornecimento de Gás a que se refiram ou, se este não for Dia Útil, no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente.

8.4.2. Os valores dos Documentos de Cobrança deverão ser pagos em moeda corrente do País, mediante crédito na conta corrente da Produtora/Vendedora, a ser oportunamente informada, até o 7º (sétimo) dia contado da data do recebimento do respectivo Documento de Cobrança ou, se este não for Dia Útil, no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente. Em caso de atraso na entrega do Documento de Cobrança, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de dias de atraso.

8.5. Em cada faturamento o Preço do GNR será acrescido do montante referente aos Tributos. Os Documentos de Cobrança relativos às penalidades e os decorrentes do compromisso diário de retirada de Gás serão emitidos separadamente dos Documentos de Cobrança relativos aos fornecimentos de GÁS.

8.5.1. Os Documentos de Cobrança emitidos pela Produtora/Vendedora, decorrentes do compromisso diário de retirada de Gás e penalidades estarão sujeitos aos mesmos prazos dos subitens 8.4.1 e 8.4.2 para Documentos de Cobrança relativos a fornecimentos ocorridos no último Período de Faturamento a que se refiram.

8.6. Os Documentos de Cobrança, relativos às penalidades por Falha de Fornecimento, serão emitidos pela CEGÁS até o 5º (quinto) Dia Útil contado do final do Período de Fornecimento de Gás a que se refiram ou, se este não for Dia Útil, no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente.

8.6.1. Os Documentos de Cobrança referidos no item 8.6 serão quitados pela Produtora/Vendedora até o 7º (sétimo) dia contado do recebimento do respectivo Documento de Cobrança, ou, se este não for Dia Útil, no 1º (primeiro) Dia Útil subsequente. Em caso de atraso na entrega do Documento de Cobrança, a data de vencimento ficará prorrogada por prazo idêntico ao número de dias de atraso.



- 8.7. Se qualquer pagamento devido de uma Parte à outra nos termos deste Contrato for efetuado com atraso, seu montante estará sujeito a atualização monetária pela variação acumulada do IGP-M, ou outro índice que venha a substituí-lo, e juros de mora de 1% (um por cento) ao mês, tudo pro rata tempore e considerando o período entre a data de vencimento e a data do efetivo pagamento. Adicionalmente será cobrada multa de 2% (dois por cento) sobre o montante do principal. Caso o IGP-M seja extinto e não seja oficialmente substituído por outro índice, as Partes acordarão, no prazo de 15 (quinze) dias, um novo índice para atender ao mesmo fim.
- 8.8. Em caso de constatação de erro no valor de um Documento de Cobrança, seja para mais ou para menos, as Partes farão as devidas correções para compensação no mês seguinte.
- 8.9. Havendo controvérsia sobre importância cobrada de uma à outra Parte, e que não tenha sido resolvida até a data de vencimento do correspondente Documento de Cobrança, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:
- a) a Parte que discordar ("Reclamante") deverá, até a data de vencimento do Documento de Cobrança:
    - i. notificar a controvérsia à outra Parte ("Reclamada"), informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo e a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia, e
    - ii. efetuar pontualmente o pagamento da importância total cobrada, informando a parcela sujeita a restituição potencial objeto da controvérsia;
  - b) se a Reclamada concordar com a Reclamante, notificará a esta sua concordância em 3 (três) Dias Úteis contados da data do pagamento e restituirá à Reclamante, no prazo máximo de 10 (dez) Dias, acrescidos dos encargos moratórios a que se refere o item 8.7, excluída a multa, a importância que havia sido objeto de controvérsia, cujo pagamento tenha sido efetuado sujeito à restituição potencial;
  - c) se a Reclamada não concordar com a Reclamante, notificará a esta seu desacordo e a controvérsia será submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto na Cláusula 17 abaixo.
- 8.10. Havendo controvérsia sobre importância já paga por uma Parte à outra, os seguintes procedimentos deverão ser aplicados:
- a) a Parte que discordar da importância já paga deverá notificar a controvérsia à outra Parte, informando, em detalhes, a quantia controvertida, as razões de seu desacordo, a alternativa adotada em relação ao valor cobrado, além de outros elementos que julgue importantes para elucidar a controvérsia;
  - b) se a Reclamada concordar com a Reclamante, notificará sua concordância e restituirá a esta, no prazo máximo de 10 (dez) Dias, a importância, que havia sido objeto de controvérsia, acrescida dos encargos moratórios a que se refere o item 8.7, excluída a multa;
  - c) se a Reclamada não concordar com a Reclamante, notificará seu desacordo e a controvérsia será submetida ao procedimento de solução de controvérsias previsto na Cláusula 17 abaixo;

d) a controvérsia a que se refere este item 8.10 poderá ser suscitada pela Parte interessada no prazo máximo de 1 (um) ano contado da data do pagamento do Documento de Cobrança questionado.

8.11. Após os prazos a que se referem os itens 8.9 b) e 8.10 b), respectivamente, a qualquer tempo em que uma Parte renunciar ou revir seu entendimento sobre a controvérsia, poderá, conforme o caso:

- a) restituir, à outra Parte, a importância paga sujeita à restituição potencial, acrescida dos encargos moratórios a que se refere o item 8.7, inclusive a multa;
- b) liberar do status de "sujeita à restituição potencial" a importância que tenha sido paga sob tal condição;
- c) efetuar o pagamento dos custos e despesas porventura incorridas com os procedimentos de Arbitragem.

8.11.1. A referida renúncia ou revisão deverá ser formalmente notificada à outra Parte e, se for o caso, ao presidente do Tribunal Arbitral, extinguindo-se a controvérsia.

8.11.2. A Parte que deva restituir importância paga sujeita à restituição potencial deverá pagar ainda à outra Parte os encargos moratórios a que se refere o item 8.7 incluída a multa.

## 9. MEDIÇÃO.

9.1. Para os efeitos deste Contrato, as Partes concordam em usar unidades de medida do Sistema Internacional de Unidades - SI.

9.2. As medições do volume total de Gás fornecido à CEGÁS serão corrigidas de acordo com as Condições de Referência e efetuadas no Sistema de Medição instalado imediatamente após o Ponto de Entrega, como a seguir:

- a) a unidade de volume será o Metro Cúbico;
- b) a determinação do Poder Calorífico será feita por cálculo, a partir da composição do Gás determinada por cromatografia, com base na Norma ASTM D-3588.

9.3. O sinal de telemetria da medição da Quantidade Medida Corrigida será disponibilizado à Produtora/Vendedora pela CEGÁS, permanecendo esta como a única responsável pela operação, manutenção, calibração e ajustes no Sistema de Medição.

9.4. A partir do Início do Fornecimento Comercial as Calibrações e Ajustes do Sistema de Medição deverão ser feitos pela CEGÁS, na periodicidade prevista no Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural anexo à Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 1, de 10/06/2013, ou em documento que vier a substituí-lo, devendo a Produtora/Vendedora ser notificada da realização do evento com 30 (trinta) dias de antecedência, de forma a possibilitar que esta, se desejar, se faça representar para o acompanhamento dos trabalhos.



- 9.4.1. Durante a Calibração, a CEGÁS dará acesso à Produtora/Vendedora aos números dos lacres existentes e disponibilizará os números de série dos equipamentos calibrados e os novos lacres utilizados.
- 9.4.2. Caso seja constatado que algum lacre foi rompido entre uma Calibração e outra, a CEGÁS deverá informar data e causas da ocorrência.
- 9.4.3. Na ausência de representante da Produtora/Vendedora, a CEGÁS fará a Calibração sem que assista à Produtora/Vendedora direito a qualquer reclamação quanto ao resultado da referida Calibração.
- 9.5. A CEGÁS se compromete a efetuar Calibração extra de qualquer instrumento do Sistema de Medição fora da periodicidade estabelecida no item 9.4., no prazo de 30 (trinta) dias contados da data de recebimento de Notificação da Produtora/Vendedora neste sentido, hipótese em que os correspondentes custos serão integralmente suportados pela Produtora/Vendedora caso se constate que não seria necessário realizar o Ajuste do equipamento, ou pela CEGÁS, se houver necessidade de Ajuste do equipamento. Considerar-se-ão ajustados os instrumentos que, após a Calibração, apresentarem desvios não superiores a 1,5% (um vírgula cinco por cento), para mais ou para menos, prevalecendo, então, os volumes registrados pelo Sistema de Medição.
- 9.6. Havendo, em qualquer Dia falha no Sistema de Medição da CEGÁS (incluindo remoção de algum de seus componentes para manutenção), sem interrupção no fornecimento de Gás, ou havendo divergência quanto às Quantidades de Gás fornecidas (em razão de o instrumento ter sido considerado fora de ajuste), a Quantidade de Gás medida relativa a esse Dia será determinada da seguinte forma, nesta ordem de preferência: (a) pelo sistema de medição da Produtora/Vendedora, desde que haja certificação de entidade independente de que o sistema de medição da Produtora/Vendedora esteja calibrado e ajustado conforme o disposto no Regulamento Técnico de Medição de Petróleo e Gás Natural anexo à Resolução Conjunta ANP/INMETRO nº 1, de 10/06/2013, ou (b) pela Quantidade de Gás correspondente à média das Quantidades de Gás medidas e apuradas no Sistema de Medição da CEGÁS, dos últimos 30 (trinta) dias de fornecimento efetivo, anteriores ao Dia do evento de falha ou divergência, caso o sistema de medição da Produtora/Vendedora não esteja certificado e/ou disponível.

## 10. GÁS NÃO RETIRADO

- 10.1. No caso de Falha na Retirada, conforme previsto no item 7.7, a CEGÁS pagará, além do faturamento normal, relativo ao gás efetivamente fornecido, penalidade referente à Quantidade de Gás não retirada no Dia, calculada conforme a fórmula abaixo, desde que apresente resultado maior do que zero:

$$VGD = (0,90 \times QDPj - QMj) \times PG, \text{ onde:}$$

VGD = valor em Reais do Gás não retirado no dia;

QDPj = quantidade de Gás programada pela Produtora/Vendedora para entrega no Dia "j";



*[Handwritten signatures and initials in blue ink]*

- QMj = quantidade Medida Corrigida no Dia "j", apurada no Sistema de Medição, conforme definida no item 8.3;  
PG = preço do GNR na forma do item 8.1 vigente no Dia "j", sem tributos.  
J = é cada um dos Dias de fornecimento de Gás no período de faturamento considerado.

10.2. A penalidade estabelecida no item 10.1 é a única indenização aplicável em caso de Falha na Retirada de Gás. Nenhuma outra indenização será devida pela CEGÁS, mesmo que as perdas e danos incorridos pela Produtora/Vendedora tenham sido superiores ao valor ali estabelecido.

10.3. A Quantidade de Gás não retirada, por estar fora de especificação ou em razão de Evento de Caso Fortuito ou Força Maior, bem como a quantidade de gás que exceder a 105% da QDP notificada, não serão consideradas para o cálculo dos valores indicados no item 10.1.

## 11. VALOR DO CONTRATO.

11.1. O valor total estimado para este Contrato é de R\$ 251.412.000,00 (duzentos e cinquenta e um milhões, quatrocentos e doze mil reais).

## 12. INFORMAÇÕES CONFIDENCIAIS.

12.1. Todas as informações contidas neste Contrato e todas as informações divulgadas de acordo com o mesmo serão tratadas por cada Parte como estritamente confidenciais até o final do 3º ano após o término deste Contrato. Tais informações não poderão ser divulgadas por qualquer uma das Partes a qualquer terceiro sem o prévio consentimento por escrito da outra Parte, exceto aquelas informações que, quando utilizadas ou divulgadas:

- a) tenham se tornado públicas antes de serem divulgadas a terceiros por qualquer uma das Partes ou que tenham se tornado públicas sem culpa de nenhuma das Partes;
- b) foram de outra maneira legalmente obtidas por terceiros.

12.2. Cada Parte terá o direito de divulgar informações, sem o prévio consentimento da outra Parte, para:

- a) diretores e empregados de cada Parte, bem como suas Afiliadas e seus respectivos diretores e empregados, e para profissionais contratados por uma Parte ou suas Afiliadas, desde que essas pessoas sejam obrigadas por essa Parte a manter a confidencialidade dessas informações;
- b) qualquer Autoridade Governamental, mas somente na medida em que essa Parte for obrigada por Leis ou decisões judiciais irrecorríveis a fazer tal divulgação;
- c) qualquer instituição de crédito ou financeira em função do financiamento das operações ou instalações dessa Parte, desde que essa instituição obrigue-se a manter confidencialidade da informações nos termos desta Cláusula.



- 12.3. Sem prejuízo do disposto no item 12.1 acima, sempre que qualquer Parte for divulgar uma informação relativa ao presente Contrato, conforme previsto no item 12.2 e suas alíneas, deverá enviar Notificação prévia à outra Parte indicando a informação a ser divulgada e quem receberá tal informação.

### 13. NOTIFICAÇÕES.

- 13.1. Qualquer requerimento, solicitação ou demanda feita de acordo com este Contrato deverá ser formalizada por Notificação escrita e endereçada aos endereços abaixo especificados ou a qualquer outro endereço conforme designado pela destinatária com antecedência mínima de 10 (dez) Dias Úteis. Qualquer Notificação poderá ser entregue pessoalmente ou enviada por correio pré-pago, telex, fac-símile ou correio eletrônico (e-mail).

#### COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ – CEGÁS

End.: Av. Washington Soares, 55 – Centro  
Iguatemi Empresarial, Bairro Cocó,  
Fortaleza/CE - CEP: 60.811-341  
E-mail: comercial@cegas.com.br  
Tel: (85) 3266 6900

#### ECOMETANO EMPREENDIMENTOS LTDA.

End.: Av. Rio Branco, 134 18º Andar,  
Rio de Janeiro/RJ - CEP: 20.040-002  
E-mail: carlos.martins@ecometano.com.br  
Tel: (21) 3177 5900

- 13.2. Todas as Notificações serão consideradas recebidas:
- a) se entregues pessoalmente, na data do respectivo protocolo;
  - b) se enviada por via postal, na data do comprovado recebimento;
  - c) se enviada por Cartório de Títulos e Documentos, na data de recebimento ou recusa pela destinatária constante da certidão respectiva; e
  - d) se enviada por fac-símile ou e-mail, na data do envio, se houver confirmação de recebimento pelo destinatário.

### 14. EVENTOS DE CASO FORTUITO OU FORÇA MAIOR.

- 14.1. Caracteriza-se como Evento de Caso Fortuito ou Força Maior, com estrita observância do artigo 393 e seu parágrafo único do Código Civil Brasileiro, qualquer evento ou circunstância que reúna, concomitantemente, os seguintes pressupostos:
- a) que a ocorrência se dê e permaneça fora do controle da Parte Afetada;
  - b) a Parte Afetada, seus contratados, subcontratados, fornecedores, prepostos, representantes ou usuários não concorram direta ou indiretamente para a sua ocorrência;
  - c) a atuação da Parte Afetada, conquanto diligente e tempestiva, não tenha sido suficiente para impedir ou atenuar sua ocorrência; e
  - d) sua ocorrência afete ou impeça diretamente o cumprimento, total ou parcial, pela Parte afetada, de uma ou mais obrigações previstas neste Contrato.

- 14.2. Caso a Parte Afetada por um Evento de Caso Fortuito ou Força Maior deseje pleitear a exoneração do cumprimento de suas obrigações previstas neste

instrumento, esta deverá enviar uma Notificação à outra Parte, no prazo de 2 (dois) Dias Úteis após ter tomado conhecimento do evento ou circunstância em questão.

14.2.1. A Notificação entregue pela Parte Afetada à outra Parte nos termos do item 14.2, especificará o fato que está sendo considerado um Evento de Caso Fortuito ou Força Maior e a Parte Afetada:

- a) envidará seus esforços razoáveis para mitigar os efeitos de tal evento;
- b) não será obrigada a tomar quaisquer medidas que não estejam de acordo com as práticas prudentes do setor de Gás ou que estejam fora de seu controle;
- c) não será obrigada a dirimir quaisquer greves ou outros litígios trabalhistas segundo termos que sejam contrários à Parte Afetada e não razoáveis do ponto de vista comercial ou financeiro;
- d) sempre que solicitada, informará à outra Parte acerca do andamento das gestões para que sejam superados os efeitos prejudiciais do Evento de Caso Fortuito ou Força Maior;
- e) retomará o cumprimento de suas obrigações previstas neste Contrato imediatamente após cessados os efeitos do Evento de Caso Fortuito ou Força Maior.

14.3. A Parte Afetada terá suas obrigações previstas neste Contrato suspensas nos casos e na medida em que tal descumprimento ou atraso no cumprimento seja resultado direto de Evento de Caso Fortuito ou Força Maior. Nenhum Caso Fortuito e/ou Força Maior eximirá a Parte Afetada de qualquer de suas obrigações vencidas anteriormente à ocorrência do respectivo evento ou que se tenham constituído antes dele, embora vençam durante ou posteriormente ao evento de Caso Fortuito e/ou Força Maior, em especial as obrigações de pagar importâncias em dinheiro devidas conforme o Contrato.

14.4. Não se configuram como Evento de Caso Fortuito ou Força Maior os seguintes eventos:

- a) greve ou qualquer outra perturbação de natureza similar executada somente pelos empregados, agentes, contratados ou subcontratados da Parte Afetada;
- b) alteração das condições econômicas e financeiras da Parte Afetada, bem como a alteração das condições de mercado do Gás;
- c) qualquer prejuízo acidental, quebra ou falha de qualquer setor de Planta, instalações, maquinário ou equipamento pertencente à Parte Afetada, seus contratados, subcontratados, fornecedores, exceto se decorrente diretamente da ocorrência do Evento de Caso Fortuito ou Força Maior.

14.5. Na hipótese de ocorrência de situações caracterizadas como Evento de Caso Fortuito ou Força Maior, deverão ser adotadas pela Parte Afetada, as seguintes medidas:

- a) informar, imediatamente, sobre a ocorrência do evento enviando Notificação à outra Parte apresentando as informações disponíveis em relação à estimativa da duração, do provável impacto no desempenho de suas obrigações, e as



- possíveis ações que serão tomadas pela Parte Afetada para remediar ou mitigar as consequências de tal evento;
- b) adotar as providências cabíveis para remediar ou atenuar as consequências de tal evento, visando possibilitar a execução normal do Contrato o mais brevemente possível;
- c) manter a outra Parte informada a respeito de suas ações, e de seu plano de ação de acordo com o item 14.5 b);
- d) prontamente enviar Notificação à outra Parte da cessação do evento e de suas consequências;
- e) permitir à outra Parte, quando possível, o acesso a qualquer instalação afetada pelo evento, para uma inspeção local, por conta e risco da Parte que deseje inspecionar; complementar posteriormente a informação de que trata o item 14.5 a) com a comprovação da ocorrência do Evento de Caso Fortuito ou Força Maior, bem como seu impacto adverso no cumprimento das obrigações da Parte Afetada.

14.6. Em caso de divergência de entendimento quanto à caracterização de um fato como Evento de Caso Fortuito ou Força Maior, qualquer uma das Partes poderá submetê-la à Arbitragem, sendo que, enquanto perdurar a controvérsia, o Evento de Caso Fortuito ou Força Maior produzirá seus efeitos sobre as obrigações do Contrato.

## 15. PRAZO DE VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO.

15.1. O presente Contrato terá validade pelo prazo de 10 (dez) anos contados a partir do Início de Fornecimento Comercial, podendo ser prorrogado por período igual ou inferior a 10 (dez) anos, bem como alterada a Quantidade Diária Contratual – QDC, para mais ou para menos, conforme entendimento entre as Partes, mediante Notificação a ser encaminhada pela Produtora/Vendedora à CEGÁS com 24 (vinte e quatro) meses de antecedência do termo final do Contrato.

15.1.1. A prorrogação do prazo contratual, assim como qualquer alteração da QDC, deverão ser formalizados através da assinatura de Aditivo pelas Partes.

15.2. Caso a CEGÁS não deseje prorrogar o Contrato deverá comunicar a Produtora/Vendedora esta sua decisão, por escrito, com uma antecedência mínima de 18 (dezoito) meses do termo final do Contrato.

## 16. INADIMPLEMENTO E TÉRMINO.

16.1. O descumprimento por uma Parte de pagar qualquer quantia devida nos termos deste Contrato, que não seja sanado no prazo de 60 (sessenta) dias contados da Notificação da Parte adimplente, será considerado um “Evento de Inadimplemento”.

16.1.1. A divergência sobre a importância cobrada de uma Parte à outra não será considerada um Evento de Inadimplemento, desde que seja observado o disposto no item 8.9.



16.2. No caso de um Evento de Inadimplemento de responsabilidade da CEGÁS, a Produtora/Vendedora poderá, a qualquer tempo, mediante Notificação à CEGÁS com antecedência mínima de 15 (quinze) Dias, suspender a entrega de Gás à CEGÁS, até que o montante não pago, acrescido dos correspondentes encargos moratórios, seja pago à Produtora/Vendedora em caráter definitivo.

16.2.1. A suspensão do fornecimento de Gás na forma disposta no item 16.2 não eximirá a CEGÁS de qualquer obrigação relativa a este Contrato, inclusive, sem limitação, as obrigações previstas nos itens 7.5.1 e 10.1 e não poderá ser invocada pela CEGÁS como motivo para sua rescisão.

16.3. Após transcorridos 90 (noventa) dias do Evento de Inadimplemento da CEGÁS sem que o mesmo tenha sido sanado, a Produtora/Vendedora poderá resolver unilateralmente este Contrato, mediante envio de Notificação com tal propósito à CEGÁS, hipótese em que a CEGÁS deverá:

- a) pagar à Produtora/Vendedora toda sua dívida pendente deste Contrato;
- b) como indenização única aplicável em tal caso, pagar à Produtora/Vendedora, em parcela única, o montante equivalente a R\$20.000,00 (vinte mil Reais) multiplicado pelo número de Dias remanescentes deste Contrato, limitado este valor a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), devidamente atualizados na forma do item 18.1.

16.4. Após transcorridos 90 (noventa) dias de um Evento de Inadimplemento da Produtora/Vendedora, sem que o mesmo tenha sido sanado, a CEGÁS poderá resolver unilateralmente este Contrato, mediante envio de Notificação com tal propósito à Produtora/Vendedora, hipótese em que a Produtora/Vendedora deverá:

- a) pagar à CEGÁS toda sua dívida pendente deste Contrato;
- b) como indenização única aplicável em tal caso, pagar à CEGÁS, em parcela única, o montante equivalente a R\$20.000,00 (vinte mil Reais) multiplicado pelo número de Dias remanescentes deste Contrato, limitado este valor a R\$50.000.000,00 (cinquenta milhões de Reais), devidamente atualizados na forma do item 18.1.

16.5. Além das hipóteses previstas nos itens 16.3 e 16.4, este Contrato perderá sua validade e deixará de vigorar, sem obrigação de indenização de Parte a Parte, nas seguintes hipóteses:

- a) acordo entre as Partes;
- b) impossibilidade total de produção e entrega de qualquer Quantidade de Gás em virtude de Evento de Caso Fortuito ou Força Maior, cujos efeitos se prolonguem por mais de 180 (cento e oitenta) Dias;
- c) se a Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis – ANP não tiver autorizado, até 28 de fevereiro de 2017, a mistura do biometano oriundo de resíduos sólidos urbanos ao gás natural por meio de regulação ou autorização específica à Produtora/Vendedora para misturar o Gás objeto deste Contrato à rede da CEGÁS, exceto na hipótese de o biometano ser destinado à utilização de um cliente específico da CEGÁS, pertencente ao segmento industrial, conforme previsto no subitem 4.5.1.



d) fim do prazo estabelecido no item 15.1 ou de sua eventual prorrogação.

## 17. SOLUÇÃO DE CONTROVÉRSIAS (ARBITRAGEM).

17.1. Diante de quaisquer controvérsias concernentes à interpretação, aplicabilidade e/ou execução deste Contrato ("Controvérsia"), inclusive quanto aos itens 8.9 c) e 8.10 c), antes de qualquer outra medida, as Partes buscarão uma solução de consenso. Não se obtendo êxito nesse propósito, as controvérsias serão resolvidas por Arbitragem, de acordo com as normas previstas nesta Cláusula.

17.1.1. Não obstante o disposto no item 17.1, quando se tratar de Controvérsia cujo valor seja igual ou inferior a R\$500.000,00 (quinhentos mil Reais), as Partes, excepcionalmente e de comum acordo, poderão recorrer ao Poder Judiciário para dirimir tal Controvérsia.

17.2. Qualquer Parte poderá solicitar que a Controvérsia seja submetida à decisão de um tribunal de árbitros ("Tribunal Arbitral"), o qual aplicará a legislação substantiva brasileira e o disposto nesta Cláusula ("Arbitragem").

17.3. A Arbitragem será administrada pela Centro de Arbitragem e Mediação da Câmara de Comércio Brasil Canadá ("CAM/CCBC") e regida, em todos os seus procedimentos, pela versão vigente, na data da Notificação de Arbitragem, do Regulamento de Arbitragem e Mediação do CAM/CCBC ("Regulamento"), e será realizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. Será necessariamente de direito, sendo vedado o julgamento por equidade, ou com base nos princípios gerais de direito ou em usos e costumes. O idioma da Arbitragem e de sua decisão será o português.

17.4. Exceto nos casos em que a Controvérsia tiver valor igual ou inferior a R\$1.500.000,00 (um milhão e quinhentos mil reais), quando apenas um árbitro indicado pelo CAM/CCBC atuará na sua solução, o Tribunal Arbitral será composto de 03 (três) Árbitros, cabendo a cada Parte nomear um árbitro e ao CAM/CCBC nomear o terceiro árbitro.

17.5. No caso do Regulamento ser omissivo quanto a qualquer aspecto procedimental da Arbitragem, as omissões serão supridas pelos Árbitros, por referência, nesta ordem:

- a) à Lei Federal nº 9.307/96, Lei da Arbitragem; e
- b) ao Código de Processo Civil Brasileiro.

17.6. Em nenhuma hipótese, inclusive no caso de decisão que lhe seja desfavorável, qualquer Parte será responsabilizada pelo pagamento de honorários de advogados, pareceristas e/ou peritos contratados por qualquer outra Parte para defender os interesses desta outra Parte ou de terceiros na Arbitragem.

17.7. Exceto na hipótese de obtenção de medida liminar específica, a instauração de Arbitragem não interromperá ou suspenderá qualquer obrigação das Partes nos

termos deste Contrato, obrigações estas que continuarão a ser exigíveis de acordo com os seus termos.

- 17.8. As Partes se reservam o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de assegurar a instituição da Arbitragem ou obter medidas cautelares de proteção de direitos, previamente à instituição da Arbitragem, sendo que qualquer procedimento nesse sentido não será considerado como ato de renúncia à Arbitragem como único meio de solução de conflitos escolhido pelas Partes.

## 18. DISPOSIÇÕES GERAIS.

- 18.1. Todos os valores previstos neste Contrato, exceto a periodicidade dos reajustes elencados no item 8.2, deverão ser atualizados pela variação anual do IGP-M, tomando-se por base o mês de novembro de 2014, mês da apresentação da Proposta Comercial feita pela Produtora/Vendedora.
- 18.2. Nenhuma omissão ou atraso, por parte de qualquer das Partes, em exercer seus direitos nos termos do presente instrumento, incluindo, sem limitação, o direito da Produtora/Vendedora de suspender o fornecimento nos termos do item 16.2, deverá operar como uma renúncia aos mesmos; nem o exercício único ou parcial de qualquer direito nos termos deste Contrato deverá impedir o exercício posterior do mesmo ou de qualquer outro direito.
- 18.3. Os direitos e remédios expressamente previstos neste Contrato são cumulativos, sem limitação a quaisquer outros direitos ou remédios existentes por força de Lei ou facultados às Partes por outra forma.
- 18.4. Qualquer modificação neste Contrato, inclusive para a inclusão das matérias técnicas, somente será eficaz se formalizada por escrito e assinada pelas Partes.
- 18.5. Este Contrato, bem como os direitos e obrigações dele decorrentes, não poderão ser cedidos total ou parcialmente, salvo com o consentimento, por escrito, da outra Parte, o qual não poderá ser imotivadamente negado pela Parte não cedente.
- 18.5.1. O disposto no item 18.5 acima não se aplica à cessão deste Contrato pela Produtora/Vendedora a qualquer sociedade que esteja sob o controle, direto ou indireto, da sociedade controladora da Produtora/Vendedora, ou à cessão do Contrato e/ou direitos dele decorrente a instituições financeiras no âmbito do financiamento contratado para a construção da Planta.
- 18.6. Se qualquer disposição deste Contrato for considerada ilegal, inválida ou inexecutável, tal disposição será considerada completamente independente deste instrumento que será interpretado e executado como se tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável nunca o tivesse integrado e as disposições remanescentes deste Contrato permanecerão em pleno vigor e eficazes e não serão afetadas pela disposição ilegal, inválida ou inexecutável.



*Handwritten signature and initials.*



- 18.6.1. Na hipótese do item 18.6 acima, as Partes, através de aditivo ao presente Contrato, substituirão adequadamente tal disposição ilegal, inválida ou inexecutável por disposições que, dentro do legalmente possível, deverão aproximar-se do que as Partes entendam como a disposição original e a finalidade da mesma.
- 18.7. Este Contrato vincula as Partes e seus respectivos sucessores e cessionários e será regido e interpretado em conformidade com as leis do Brasil.
- 18.8. Nenhuma disposição contida neste Contrato conferirá quaisquer direitos a qualquer pessoa ou ente que não as Partes contratantes e seus respectivos representantes, herdeiros, sucessores e cessionários permitidos.
- 18.9. Este Contrato contém o completo acordo entre as Partes com respeito à matéria contida no presente instrumento e revoga toda e qualquer manifestação escrita, memorandos e acordos anteriores, verbais ou escritos, relativos à mesma matéria.

#### 19. DUTO DE ESCOAMENTO.

- 19.1. O Duto de Escoamento será construído pela CEGÁS, que assumirá todos os custos decorrentes da sua construção, operação e manutenção até o término do respectivo Contrato.
- 19.2. O Duto de Escoamento terá a extensão necessária e suficiente para interligar o Ponto de Entrega a um ponto da rede da CEGÁS ou diretamente a um usuário da CEGÁS.
- 19.3. Duto de Escoamento, em toda a sua extensão, será construído e colocado em condições de operação pela CEGÁS até a data de Início do Fornecimento Comercial, observado o disposto no item 4.5.
- 19.4. Respeitado o previsto no item 4.5., na hipótese de a Planta não estar conectada à rede de distribuição da CEGÁS ou, apesar de conectada à Planta, o Duto de Escoamento não estar em condições de receber o Gás, até a data prevista para o Início do Fornecimento Comercial, a CEGÁS será penalizada na forma do subitem 19.4.1.
- 19.4.1. Nesta hipótese a CEGÁS deverá pagar à Produtora/Vendedora, para cada Dia entre a data prevista para o Início do Fornecimento Comercial e o Dia em que o Duto de Escoamento estiver pronto para receber o Gás, um valor em Reais correspondente a 90% (noventa por cento) da QDC, multiplicada pelo Preço do Gás previsto no item 8.1, limitado o valor global a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).
- 19.5. Respeitado o previsto no item 4.5., na hipótese de a Planta não estar em condições de fornecer o gás contratado até a data prevista no item 3.1 a Produtora/Vendedora será penalizada na forma do subitem 19.5.1.

19.5.1. Nesta hipótese a Produtora/Vendedora deverá pagar à CEGÁS, para cada Dia entre a data prevista para o Início do Fornecimento Comercial e o Dia em que a Planta estiver pronta para fornecer o Gás, um valor em Reais correspondente a 90% (noventa por cento) da QDC, multiplicada pelo Preço do Gás previsto no item 8.1., limitado o valor global a R\$ 50.000.000,00 (cinquenta milhões de reais).

19.6. Na hipótese do item 19.4. acima não serão considerados no cálculo da Falha na Retirada os Dias de paralisação das obras de construção do Duto de Escoamento em razão de Evento de Caso Fortuito ou Força Maior.

## 20. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS.


20.1. Os custos decorrentes da contratação serão provenientes dos recursos orçamentários próprios da CEGÁS.


## 21. DO FORO.


21.1. Fica eleito o foro do Município de Fortaleza, Estado do Ceará, para dirimir quaisquer questões decorrentes da execução deste contrato, que não puderem ser resolvidas por Arbitragem.

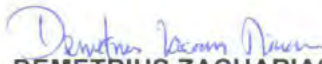
E assim, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em 3 (três) vias de igual teor e forma, na presença de 2 (duas) testemunhas, também signatárias do presente.

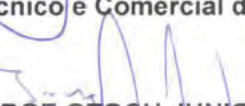
Fortaleza, 24 de dezembro de 2014.

  
**ANTÔNIO ELBANO CAMBRAIA**  
Diretor Presidente da CEGÁS

  
**CARLOS DE MATHIAS MARTINS JUNIOR**  
ECOMETANO EMPREENDIMENTOS  
LTDA

  
**ALOÍSIO NUNES DE ARRUDA**  
Diretor Técnico e Comercial da CEGÁS

  
**DEMETRIUS ZACHARIAS DIUANA**  
ECOMETANO EMPREENDIMENTOS  
LTDA

  
**JORGE OTOCH JUNIOR**  
Diretor Administrativo e Financeiro da  
CEGÁS

Testemunhas:

  
Guilherme Gomes Bastos  
  
  
Carlos Manoel Pereira Neto



**CONTRATO DE COMPRA E VENDA DE GÁS NATURAL RENOVÁVEL QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, A COMPANHIA DE GÁS DO CEARÁ - CEGÁS E, DE OUTRO, ECOMETANO EMPREENDIMENTOS LTDA.**

**ANEXO ÚNICO - DEFINIÇÕES E REGRAS DE INTERPRETAÇÃO**

**1. Definições.**

No presente Contrato os termos iniciados com letra maiúscula terão os significados que lhes são atribuídos a seguir:

**Ajuste:** operação destinada a fazer com que um instrumento de medição tenha as indicações corrigidas com base no resultado de uma Calibração.

**Ano:** significa, para todos os fins deste Contrato, o período compreendido entre o dia 1º de janeiro de determinado ano e o dia 31 de dezembro do mesmo ano, exceto: (i) para o primeiro ano, que corresponderá ao período compreendido entre o dia de início do Fornecimento Comercial e o dia 31 de dezembro do mesmo ano e (ii) para o último ano, que corresponderá ao período compreendido entre o dia 1º de janeiro do ano de término do respectivo Contrato e o último dia de vigência deste mesmo ano.

**Arredondamento:** No cálculo dos preços, parcelas, fatores e índices deste Contrato será utilizado o seguinte critério de arredondamento:

- a) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 0 a 4, o algarismo a ser arredondado manterá seu valor;
- b) Se a casa decimal subsequente ao algarismo a ser arredondado variar de 5 a 9, o algarismo a ser arredondado terá uma unidade somada ao seu valor.

**Autoridade Governamental:** significa órgão, agência, entidade ou pessoa jurídica de direito público que tenha competência sobre qualquer das Partes ou operações previstas neste Contrato, incluindo o poder concedente dos serviços de coleta, transporte, tratamento e disposição de resíduos sólidos relacionados ao Aterro.

**Calibração:** significa conjunto de operações que estabelece a relação entre os valores indicados por um instrumento ou sistema de medição de determinada grandeza e os correspondentes valores estabelecidos por padrões com resultados rastreáveis à RBC (Rede Brasileira de Calibração).

**Condições de Referência:** temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325Pa (cento e um mil trezentos e vinte e cinco Pascals) e o Poder Calorífico Superior (PCS) para o Gás igual a 9.400 kcal/m<sup>3</sup> (nove mil e quatrocentas quilocalorias por metro cúbico).

**Condições-Base:** temperatura de 20°C (vinte graus Celsius) e a pressão absoluta de 101.325Pa (cento e um mil trezentos e vinte e cinco Pascals).

**Dia:** período de 24 (vinte e quatro) horas que se inicia à 00:00h (zero hora) de cada dia e termina às 24:00h (vinte e quatro horas) do mesmo dia.

**Dia Útil:** qualquer dia, exceto sábado, domingo e feriado, na cidade de Fortaleza/CE.



**Documento de Cobrança:** significa qualquer fatura, duplicata, nota de débito ou título emitido pela CEGÁS ou pela Produtora/Vendedora para cobrança de valor que deva ser pago, nos termos do respectivo Contrato, por uma ou outra.

**Duto de Escoamento:** significa o duto destinado ao escoamento do Gás, incluindo os complementos e componentes necessários ao seu funcionamento, como, por exemplo, suportes, sistema de proteção catódica, instrumentação, estações intermediárias de compressão, flanges, válvulas, dentre outros.

**Estação de Medição e Regulagem de Pressão (EMRP):** são as instalações da CEGÁS destinadas a regular a pressão e a medir e registrar os volumes, pressões e temperaturas do Gás objeto deste Contrato e que deverá estar localizada no terreno da Planta.

**Evento de Caso Fortuito ou Força Maior:** sem constituir limitação à generalidade das disposições contidas no Parágrafo Único do Artigo 393 do Código Civil Brasileiro, para os fins previstos neste Contrato, a definição de Evento de Caso Fortuito e/ou Força Maior incluirá, dentre outros, os seguintes eventos:

- i. desapropriação, confisco, aquisição compulsória, nacionalização de todos ou de parcela substancial dos ativos da Parte Afetada, por parte de uma Autoridade Governamental;
- ii. declaração de calamidade pública;
- iii. qualquer mudança de Lei;
- iv. greve geral ou qualquer outra perturbação de natureza similar, que não seja realizada unicamente pelos empregados, agentes, contratados ou subcontratados da Parte Afetada;
- v. indisponibilidade do gás ou restrição à sua captação, exceto se tal indisponibilidade ou restrição decorrer direta e exclusivamente de culpa grave ou dolo da Produtora/Vendedora;
- vi. atrasos na construção da Planta causados por caso fortuito e/ou força maior.

**Falha no Fornecimento:** situação caracterizada pela ocorrência, em determinado Dia, em um Ponto de Entrega, de qualquer dos seguintes fatos:

- a) falta de disponibilidade de Gás em determinado Ponto de Entrega, conforme o disposto no item 7.4;
- b) desconformidade em relação às especificações do Gás, na forma do item 5.1, excetuando-se qualquer das seguintes hipóteses, em que não se configurará Falha no Fornecimento:
  - i. ser o fato atribuído a Evento de Caso Fortuito ou Força Maior;
  - ii. ter sido a CEGÁS a parte determinante para tal ocorrência;
  - iii. ter havido prévia concordância da CEGÁS, após Notificação pela Produtora/Vendedora, em receber o Gás em desconformidade com o item 5.1;
- c) descumprimento pela CEGÁS das condições estabelecidas no subitem 7.1.1.

**GNR ou Gás:** é o biogás purificado, que consiste na mistura de metano, dióxido de carbono e demais impurezas que se encontra no estado gasoso, quando nas Condições-Base, além de atender ainda aos Padrões Garantidos.

**Início de Fornecimento Comercial:** significa a data, definida nos termos do item 4.1, deste Contrato, em que se iniciará o fornecimento do Gás pela Produtora/Vendedora à CEGÁS.



**Lei** - significa qualquer lei, código, decreto, regulamento, resolução, portaria, deliberação, julgamento, ordem, diretiva, orientações políticas, acordos ou outras exigências ou restrições emanadas de qualquer Autoridade Governamental, estas duas últimas desde que normatizadas.

**Mês**: significa um período de tempo que: (i) para cada mês de vigência do respectivo Contrato subsequente ao primeiro, com exceção do último mês de sua vigência, começará no primeiro dia do mês e terminará no último dia deste mesmo mês; (ii) para o primeiro mês, começará no dia de Início de Fornecimento Comercial e terminará no último dia deste mesmo mês; c) para o último mês de vigência do respectivo Contrato, começará no primeiro dia do correspondente mês e terminará no último dia de sua vigência.

**Metro Cúbico (m<sup>3</sup>)**: é o volume de gás que, nas Condições-Base, ocupa o volume de 01 (um) metro cúbico.

**Notificação**: significa qualquer comunicação por escrito enviada de uma Parte à outra, exigida ou permitida nos termos deste Contrato.

**Notificação de Conclusão**: significa a notificação de conclusão definitiva da Planta, emitida pela Produtora/Vendedora.

**Padrões Garantidos**: significa que a especificação do Gás produzido na Planta atende às especificações para a Região Nordeste, previstas no Regulamento Técnico ANP nº 02/2008, anexo à Portaria nº 16/2008, da Agência Nacional do Petróleo – ANP e legislação posterior.

**Partes**: corresponde à Produtora/Vendedora e à CEGÁS, quando em conjunto mencionadas. No singular, significa Produtora/Vendedora ou CEGÁS, conforme o contexto.

**Parte Afetada**: significa a Parte que invocar a ocorrência de Evento de Caso Fortuito ou Força Maior para exonerar-se do cumprimento de quaisquer de suas obrigações sob o respectivo Contrato.

**Planta**: significa as instalações da Produtora/Vendedora onde o GNR é produzido.

**Poder Calorífico Superior (PCS)**: significa a quantidade de calor produzido pela combustão, a pressão constante, de uma massa de gás saturado de vapor de água que ocupa o volume de 1 m<sup>3</sup> (um metro cúbico) nas Condições-Base, com condensação total do vapor de água de combustão. Sua unidade de medida será kcal/m<sup>3</sup>.

**Ponto de Entrega**: o local estipulado no item 6.1.

**Preço do GNR**: é o valor estipulado no item 8.1.

**Quantidade de Gás**: significa qualquer volume de Gás, expresso em metros cúbicos, nas Condições de Referência.

**Quantidade Diária Contratual ou QDC**: é a Quantidade de Gás indicada no item 4.2., deste Contrato.

**Quantidade Faltante ou QF**: corresponde à Quantidade de Gás calculada conforme item 7.4.

**Quantidade Medida Corrigida ou QM:** é a Quantidade de Gás que, segundo medição feita pelo Sistemas de Medição, tenha sido entregue à CEGÁS em determinado Dia, e apurada de acordo com a fórmula prevista no item 8.3.

**Sistema de Medição:** significa o conjunto dos elementos primários e secundários de medição de vazão, temperatura e pressão e, caso existam, conversores, transmissores, computadores de vazão, integradores e registradores, incluindo os equipamentos de medição instalados na EMRP detidos e operados pela CEGÁS e localizados à jusante do Ponto de Entrega.

**Tributos:** significa o montante referente ao Imposto sobre Operações Relativas à Circulação de Mercadorias e sobre Prestações de Serviço de Transporte Interestadual e Intermunicipal e de Comunicações - ICMS, Contribuição ao Programa de Integração Social - PIS ou ao Programa de Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social – COFINS, bem como de quaisquer outros tributos, contribuições, ou encargos, federais, estaduais ou municipais, que incidam ou venham a incidir.

## 2. Regras de Interpretação.

Este Contrato deve ser interpretado com a observância das seguintes regras:

- i. as palavras que denotem o singular incluirão o plural e vice-versa, as palavras que denotem o gênero masculino incluirão o feminino e vice-versa, a não ser que o contexto exija de forma distinta;
- ii. qualquer Parte será considerada como incluindo seus sucessores e seus cessionários;
- iii. as referências a Cláusulas, itens e alíneas serão consideradas referências ao Contrato, a menos que o contexto exija de maneira diversa;
- iv. os Anexos identificados neste Contrato dele constituem parte integrante para todos os propósitos;
- v. qualquer referência a uma Lei será, a qualquer tempo, considerada como incluindo referência a qualquer modificação, adição ou complementação à época em vigor, bem como incluindo referência a todas as normas ou regulamentos à época em vigor e promulgados ao amparo da Lei, seção ou dispositivo em questão;
- vi. qualquer referência a "incluindo" ou "inclusive" deverá ser tida como sendo uma referência a "incluindo sem limitação" ou "inclusive sem limitação", e o termo "ou" não é exclusivo;
- vii. as referências a qualquer horário de qualquer Cláusula, item ou alínea deverão considerar o horário oficial de Brasília, Brasil.